



Revista de Políticas Públicas

ISSN: 0104-8740

revistapoliticaspublicasufma@gmail.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Batista Lopes, Josefa

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: apontamentos para um
estudo crítico

Revista de Políticas Públicas, outubro, 2012, pp. 299-306

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Maranhão, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131651031>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: apontamentos para um estudo crítico¹

Josefa Batista Lopes

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO NO CONTEXTO DA CRISE DO CAPITAL: apontamentos para um estudo crítico

Resumo: Este trabalho traz apontamentos para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento das sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo dependente como na América Latina. Parte da premissa de que o capitalismo é desprovido de ética e demonstra que o desenvolvimento dessa formação social está assentado na desigualdade e dominação entre os homens e entre os países do capitalismo central e os países de capitalismo dependente. Destaca que os impactos das crises do capital são mais violentos nos países de capitalismo periférico dependente, com efeitos mais perversos sobre as classes trabalhadoras e o acirramento da questão social, cuja solução é condição da ética em uma sociabilidade alternativa.

Palavras-chave: Desenvolvimento, ética, capitalismo dependente, crise do capital, questão social, sociabilidade alternativa.

ETHICS AND DEVELOPMENT IN THE CONTEXT OF CAPITAL CRISIS: notes for a critical study

Abstract: Notes for a critical study of ethical relationships and development of capitalist societies with emphasis on the capital crisis in the particularity of dependent capitalist societies as in Latin America. It starts from the premise that capitalism is devoid of ethics and shows that the development of this social formation sits in the inequality among men and among the countries of central capitalism and countries of dependent capitalism. It also highlights that the impacts of capital crises are more violent in peripheral dependent capitalist countries with the most perverse effects on the working classes and the intensification of social issue whose solution is a condition of ethics in an alternative sociability.

Key words: Development, ethics, dependent capitalism, capital crisis, social issue, alternative society.

Recebido em: 05.01.2011. Aprovado em: 16.06.2011.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de um estudo teórico sobre a temática e pretende oferecer subsídio ao projeto de pesquisa de um grupo de pesquisadores do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão sobre “Os Dilemas Éticos e Políticos dos Assistentes Sociais na Prática Profissional Cotidiana no Brasil”, realizado em articulação com pesquisadores da Universidade Colégio Mayor de Cundinamarca da Colômbia, mediante convênio² entre as duas universidades.

Centra-se em um eixo da temática da Mesa Coordenada sobre “Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia” que foi realizada na V Jornada de Políticas Públicas, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA³. Sem pretensões conclusivas, o trabalho faz apontamentos para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento nas sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo periférico e dependente. Nessa perspectiva, parte da premissa de que o capitalismo é desprovido de ética, considerando que o desenvolvimento dessa formação social está assentado no domínio do capital sobre o trabalho, na desigualdade e dominação entre os homens e entre os países do capitalismo central e os países de capitalismo dependente; efetivado em um processo histórico que construiu um profundo fosso entre esses países, mediante relações de apropriação da riqueza no mundo pelo capital, hegemonizado na atualidade pelo capital financeiro. (CHESNAIS, 2005, p. 35). O desproimento da ética se expressa precisamente pelos interesses do capital em relação ao desenvolvimento do homem como ser social. Mas isto

Não significa que não exista uma história ético-política [...] a história ético-política existe não como hipótese, mas como função histórica das relações materiais. Pode-se também dizer que a história econômico-social eleva-se necessariamente até o nível ético-político e que o materialismo histórico é, precisamente, a tentativa de explicar a necessidade histórica da passagem dos níveis econômico-sociais para os ético-políticos. (CERRONI, 2011).

Nas sociedades de capitalismo dependente esses interesses são exacerbados, como no continente latino-americano cuja dependência, segundo Marini (2000, p. 109) se configura quando

As relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho que determinará o curso do desenvolvimento posterior da região.

Nessas sociedades, em função do intercâmbio desigual ocorre uma maior exploração do trabalhador através da utilização de métodos de extração do trabalho excedente que resulta na “superexploração do trabalho”. (MARINI, 2000, p. 126). Em momentos de agudização das crises do capital, agudiza-se também a superexploração do trabalho e a questão social (LOPES, 2008), com *mais intensidade* nas sociedades de capitalismo dependente⁴.

A exposição dos apontamentos está organizada em dois eixos: o primeiro referente às condições de expressão da ética no desenvolvimento das sociedades de capitalismo dependente, cujo quadro para uma análise ressalta: a questão da dependência e do desenvolvimento dos países latino-americanos e a *coisificação do homem* pelo capital como expressão da negação da ética; o segundo eixo sugere a perspectiva da ética na construção de uma sociabilidade alternativa na qual o “reino das necessidades” do capitalismo é transformado em “reino da liberdade” pelos homens, enquanto sujeitos históricos dotados de consciência crítica e vontade coletiva⁵.

2 AS CONDIÇÕES DE EXPRESSÃO DA ÉTICA NO DESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES DE CAPITALISMO DEPENDENTE

As manifestações da ética no capitalismo obedecem às mesmas determinações históricas dessa formação social que, sob a lógica do desenvolvimento combinado e desigual, produziu, ao longo da história, as sociedades de capitalismo central e aquelas de capitalismo periférico e dependente. A *coisificação do homem* desautoriza a ética do capital como totalidade, mas com profunda exacerbação nas sociedades de capitalismo dependente. A importância das especificidades dessas sociedades, das quais os países Latino-Americanos são exemplares, exige atenção especial às condições de expressão da ética no

desenvolvimento das mesmas.

2.1 Notas sobre dependência e desenvolvimento dos países Latino-Americanos: retomando o fio da história

A dependência das sociedades latino-americanas em seu desenvolvimento histórico é um tema que vem se configurando desde a década de 60 do século passado no leito dos movimentos do pensamento crítico, animado com a vitória da Revolução Cubana em 1959. Ganhou relevância e estatua teórica no início da década de 70 daquele século, tendo em Ruy Mauro Marini a sua maior expressão, através da “Dialética da Dependência”, publicada em 1973.⁶

Marini (2000, p. 109) entende a dependência como

uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe.

Com essa concepção ele ressalta a pertinência do que denomina “fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento.”. (MARINI, 2000, p. 109), fazendo ao mesmo tempo *uma crítica da crítica* que a esta fórmula foi feita à época. Mas Marini (2000) toma o cuidado de destacar uma “debilidade real do trabalho de Frank”, que reside em considerar a situação de dependência igual à situação colonial; e é categórico ao afirmar que não é igual. E esta é uma advertência importante para os estudiosos da América Latina, frequentemente marcados pela história de opressão do processo de colonização. Segundo ele: “Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas.” (MARINI, 2000, p. 109).

As condições de desenvolvimento da teoria da dependência foram dadas a partir do momento de consolidação do capitalismo monopolista. Florestan Fernandes (1981, p. 59)⁷ em uma de suas obras clássicas, “Sociedade de Classes e subdesenvolvimento”, anotou que naquela ocasião o capitalismo monopolista vinha

“alterando rapidamente o quadro dos ajustamentos entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas.” Segundo ele

O impacto das influências do capitalismo monopolista é tão forte que já não se pode pensar que “internacionalização de centros de decisão. seja equivalente a “nacionalização dos interesses econômicos. e produza autonomia de crescimento econômico, onde estejam presentes firmas que internacionalizam o fluxo do capitalismo monopolista. A própria integração do mercado latino-americano está sendo incentivada atualmente, sob esse impacto, para estruturar-se uma economia de consumo de dimensões suficientes à existência e à expansão daquelas firmas. (FERNANDES, 1981).

Sob o capitalismo monopolista a recessão generalizada de 1974/75, a primeira depois do período expansivo da economia no pós II Guerra Mundial, golpeou simultaneamente todas as potências imperialistas, em uma “crise de superprodução” (MANDEL, 1990, p. 9) que se constituiu o motor das condições para a grande transformação ocorrida no processo de *saída neoliberal* da crise.

O fato de a recessão ocorrer em um momento que grande parte dos países do continente estava envolta no último ciclo de ditaduras militares do continente⁸ atribuiu importantes particularidades na incidência da crise sobre esses países; e, certamente, na adesão de cada um deles ao *neoliberalismo* como projeto mundial em nível econômico e político-ideológico para a *saída* da crise. Não é possível no curto espaço deste trabalho e nem mesmo é o caso de entrar nos detalhes dos processos particulares, mas é importante apontar a profunda contradição vivida no continente nesse período, fortemente marcado pela vitória da revolução cubana, em 1959, e nesse sentido destacar: a) uma observação de Perry Anderson (1995, p. 19) de que o Chile

Sob a ditadura de Pinochet [...] tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. [...] começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favos dos ricos, privatização dos bens públicos⁹;

b) a constituição de movimentos de massa

no campo e nas cidades, fortalecidos na resistência contra as ditaduras militares, em nível político e econômico¹⁰ com forte apoio na teologia da libertação da Igreja Católica¹¹; e de um pensamento crítico emergente nas ciências humanas e sociais, com forte influência da vitória da Revolução Cubana em 1959. (LOPES, 1998). Nesse movimento se destacou a teoria da dependência que desnudou a dependência do desenvolvimento do continente em relação aos países do capitalismo central de cuja formulação se destacaram Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes, André Günter Frank, citados acima, e Fernando Henrique Cardoso; mas no movimento, destaque ainda, entre tantas obras, pelo menos mais duas¹²: as “Veias Abertas da América Latina” de Eduardo Galeano (1976) e “Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ” de Miriam Limoeiro Cardoso (1977); foram formulações teóricas, entre tantas outras que alimentaram e estimularam o debate crítico nos meios acadêmicos e populares.

O neoliberalismo como projeto econômico de saída da crise em nível mundial é portador de uma dimensão político-ideológica, organizadora de uma cultura (GRAMSCI, 2001, p. 237)¹³ fragmentada e fragmentária das relações sociais, sustentada pela reestruturação das relações de produção e de trabalho, fundadas na flexibilização e na cultura da pós-modernidade (HARVEY, 1992) que abarca toda a vida social dos homens, em uma perspectiva de “globalização”. Como vários estudiosos já destacaram, o neoliberalismo é uma construção resultante de um processo longo (ANDERSON, 1995, p.9) no qual foi articulada uma reação conservadora (CUEVA, 1989, p. 19) à “existência e os apelos de um padrão de civilização alternativo” (FERNANDES, 1978, p. 251) colocado concretamente após a revolução Russa de 1917, com o advento do chamado “socialismo real”; uma experiência que, embora não pudesse

Interferir nos dinamismos da expansão das economias capitalistas centrais ou de sua irradiação para a periferia, contribuiu para criar um elemento de tensão. (FERNANDES, 1978, p. 251).

O neoliberalismo resultou, assim, do mesmo movimento que contribuiu para a desarticulação e derrocada da experiência de socialismo, em sua perspectiva totalizadora, bem como da experiência da Social Democracia, com seu

Estado de Bem-Estar, mediante uma articulação das forças conservadoras e reacionárias no mundo. Significou um profundo retrocesso para a humanidade, mas não se consolidou como “a vitória do capitalismo” que animou os seus ideólogos e adeptos (LOPES, 1993, p. 102); a crise de 2008, ainda em curso, confirma sua derrota.

Nos países do capitalismo periférico e dependente, como na América Latina, onde o neoliberalismo foi implementado em momentos diferentes (entre 1978, a partir do Chile sob Pinochet, até 1990, no Brasil, sob Collor de Melo, mas consolidado com Fernando Henrique Cardoso, em dois mandatos de governo de 1995 a 2002), as condições de superexploração da força de trabalho sob a flexibilidade trabalho, foram ainda mais exacerbadas com a desestruturação e desarticulação dos nascentes parques industriais, o aumento da precarização, da terceirização, da informalidade e a perda de direitos mínimos conquistados nas lutas históricas dos trabalhadores.

2.2 A ética do capitalismo: a coisificação do homem

Marx, em sua crítica da economia política, segundo Manfredo Oliveira (1993, p. 28)

Vai situar o ético na esfera da história e sua análise tematiza, em primeiro lugar, a negação estrutural do ético na sociedade capitalista: o mundo da produção capitalista caracteriza-se como processo em que o sujeito é o capital e o homem reduz-se a elemento indispensável a esse processo, à medida que o capital se valoriza pela mediação de seu trabalho. Assim a sociabilidade que aqui se gesta é estruturalmente invertida: emerge como processo autônomo e auto-reflexivo de coisificação do homem.

Este é o cerne da questão da ética no desenvolvimento das sociedades capitalistas: a coisificação do homem; incompatível com a perspectiva histórica em torno da ética que, segundo Manfredo Oliveira (2008), desde os gregos, “significa o esforço do ser humano por atingir a sua humanidade”. Mas como atingir a humanidade em uma formação social, cuja maioria dos homens é oprimida em uma relação de desigualdade e exploração na qual a minoria que detém os meios de produção se apropria da

maior parte da riqueza coletivamente produzida? Essa maioria forma uma imensa massa de trabalhadores que vende a força de trabalho.

Nessa formação social, conforme Marx (1989, p. 89)

O trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho e a duração do tempo de trabalho pela magnitude desse valor.

E assim, “o processo de produção domina o homem e não o homem o processo de produção”; daí porque em seu desenvolvimento essas duas fórmulas “são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo.” (MARX, 1989, p. 89). No Prefácio da Primeira Edição¹⁴ do seu “O Capital: crítica da Economia Política” diz ele:

Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente, criatura, por mais que subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1989, p. 6).

Já nos Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844, portanto, mais de vinte anos antes da publicação da Crítica da Economia Política, Marx (1968, p. 31, grifo do autor)¹⁵ demonstra que

O objeto que o trabalho produz, o produto do trabalho, se contrapõe a si próprio como *um ser estranho*, como *uma potência independente* daquelas que o produz. O produto do trabalho é o trabalho que foi fixado em um objeto, tornou-se uma coisa, é a *objetivação* do trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Esta realização do trabalho aparece na fase da economia privada como uma *anulação* do operário, a objetivação aparece como *perda* e submissão do objeto, a apropriação como *estranhamento*, como *alienação*.

3 A ÉTICA E A CONSTRUÇÃO DA SOCIABILIDADE ALTERNATIVA: do reino da necessidade ao reino da liberdade - a vida cheia de sentido

Conforme dito antes, para o capital o homem é tratado como coisa, como mercadoria e a ele se impõe pelo “reino das necessidades”, fazendo uso da exploração de sua força de trabalho; e

nos países periféricos dependentes a exploração da força de trabalho é superexploração, como mostrado acima em Marini; historicamente faz uso de todos os meios de dominação. Nessas condições o desafio histórico-político e ético da humanidade é a construção do “reino da liberdade”, só possível em uma sociabilidade alternativa emancipadora, na qual o ser social seja livre de qualquer tipo de exploração e dominação.

Desse ponto de vista há de se considerar o debate contemporâneo que inclui as relações de gênero, etnia e raça, sabendo-se que para Marx (1989, p. 88) o fundamento primeiro consiste na transformação radical pelo qual

A estrutura do processo vital da sociedade, isto é, do processo da produção material, só pode desprender-se do seu véu nebuloso e místico, no dia em que for obra de homens livremente associados, submetida a seu controle consciente e planejado. Para isso precisa a sociedade de uma base material ou de uma série de condições materiais de existência, que, por sua vez, só podem ser resultado de um longo processo de desenvolvimento.

Tratar-se-á, portanto, da solução da questão social na construção do *reino da liberdade* e uma “vida cheia de sentido” (MARX, apud ANTUNES, 1999, p. 173) em um movimento que supera o *reino da necessidade*. E nessa perspectiva reponho aqui uma reflexão que já indiquei em outros trabalhos, particularmente em “Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI: formas de enfrentamento e perspectiva de solução da questão social na atual fase do capitalismo” (2008) de que não há solução para a questão social no contexto do capitalismo; o que há são mecanismos e formas de seu enfrentamento, através de políticas que colocam o Estado no centro da luta de classes, respondendo, fundamentalmente, aos interesses das classes dominantes, ainda que, contraditoriamente, procurando responder demandas das classes subalternas, conforme demonstrado em uma vasta literatura sobre o Estado e suas contradições¹⁶.

Como destaquei no mesmo trabalho acima referido, a realidade mostra que o movimento de administração da crise do capital, no final do século XX, com a reestruturação das relações de produção e do trabalho, operou significativas transformações capitalistas. Essas transformações metamorfosearam a questão social, a

partir de uma reconfiguração das classes sociais fundamentais e seus segmentos. Mas atingiu mais profundamente a classe trabalhadora (ANTUNES, 2006) em seu projeto histórico de classe para si, uma condição essencial no processo de emancipação dessa classe e da humanidade em uma sociabilidade alternativa ao capitalismo. Entendo, assim, que se trata da solidificação de um movimento forte na estrutura das sociedades, acompanhado de uma profunda transformação na superestrutura e emoldurado pelo chamado movimento de “contracultura”¹⁷ que logrou infringir uma importante derrota à luta dos trabalhadores e ao movimento de construção de uma formação social alternativa ao capitalismo. Neste sentido, a cada momento do desenvolvimento do capitalismo, sempre em crise, se impõe o dilema, expresso por Rosa Luxemburgo que a humanidade tem de enfrentar:

“socialismo ou barbárie”. (MÉSZAROS, 2003, p. 107). É o desafio da ética!

4 CONCLUSÃO

Os apontamentos indicados neste trabalho oferecem algumas importantes pistas para um estudo crítico da relação ética e desenvolvimento das sociedades capitalistas, com ênfase nas situações de crise do capital na particularidade das sociedades de capitalismo dependente como na América Latina nas quais, no momento atual de flexibilização das relações de produção e de trabalho, sob o neoliberalismo, a superexploração da força de trabalho avançou para uma maior exacerbação: seja em nível interno de cada país, seja na relação dos países de capitalismo central com as sociedades de capitalismo periférico e dependente.

Estas pistas, no entanto, impõem uma exigência de aprofundamento dos estudos e verticalização da análise de cada eixo temático, articulando organicamente à análise das “*implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia*”, objeto de análise específica de três outros participantes da mesa coordenada “Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia”. Em processo, significará apreender os esforços de estudo e análise crítica já acumulados pelo Serviço Social nesses países, uma vez que, da parte do Brasil, há um amplo acúmulo de estudos acadêmicos, nos quais se destaca a produção de Lúcia Barroco (2008); e

também de profundas transformações na concepção de Ética e da Ética Profissional dos Assistentes Sociais, produto de uma construção coletiva dos profissionais sob a coordenação das entidades de organização acadêmica e política: Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: _____. SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Brasil: JK-JQ; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CERRONI, Umberto. **Vocabulário Gramsciano**. Rio de Janeiro: Fundação Lauro Campos. Disponível em: <www.socialismo.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2011.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CUEVA, Agustin. A guinada conservadora. In: _____. (Org.) **Tempos conservadores: a direitização no ocidente e na América Latina**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

DEBORD, Ruy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 2007.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1978.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvi-**

mento. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Maquiavel, notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 4.

LOPES, Josefa Batista Lopes. **O Serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 1998, 162 f. Tese (Doutorado em em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

_____. Pós-modernidade: superação da modernidade ou reação conservadora? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 42, p. 78-104, 1993.

_____. As lutas sociais operárias e populares no Brasil: a eleição do PT para o governo da República no fim de um ciclo. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. **Anais ...** São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2005.

_____. Questão social e desenvolvimento no século XXI: formas de enfrentamento e perspectiva de solução da questão social na atual fase do capitalismo. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, 19., 2008, Salvador. **Anais ...** Salvador: IFSW/CFESS, 2008.

LÖWY, Michel. **Marxismo e teologia da libertação**. São Paulo: Cortez Editora/Editora Autores Associados, 1991.

MANDEL, Ernest. **A crise do Capital**: os fatos e sua interpretação. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.

MARINI, Ruy. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **Manoscritti economico-filosófici del 1844**. Tradução de Norberto Bobbio. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1968.

_____. **O capital**: crítica da economia política - Livro 1: o processo de produção do capital. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertran Brasil, 1989. v. 1.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo. **Ética e sociabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

_____. Ética, política desenvolvimento. **Revista**

Ética, Política e Desenvolvimento, Ceará, 2. ed., 2008. (Série de debates sobre conjuntura).

NOTAS

¹ Texto originalmente elaborado para apresentação no âmbito da Mesa Coordenada "Ética e desenvolvimento no contexto da crise do capital: implicações para o trabalho do assistente social no Brasil e na Colômbia" realizada na V Jornada internacional de Políticas Públicas, promovida pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA no período de 23 a 26 de agosto de 2011. Foi revisto e ampliado para publicação no número especial da Revista de Políticas Públicas.

² O processo de consolidação do convênio encontra-se em andamento nas duas universidades.

³ O referido evento foi realizado em São Luís, Maranhão, Brasil, no Campus da Universidade Federal do Maranhão no período de 23 a 26 de agosto de 2011 com o tema "Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital" e o texto original do trabalho encontra-se nos anais dele resultante.

⁴ Neste texto tenho presente uma concepção de crise do capital apoiada nas análises de Mandel (1990). É importante ressaltar o caráter de maior *intensidade* de agudização da superexploração do trabalho e da questão social na particularidade das sociedades de capitalismo dependente, significando ter presente que as crises atuam também sobre as sociedades de capitalismo central.

⁵ Para o estudo específico sobre vontade coletiva destaco como sugestão um estudo da formulação de Gramsci nos Cadernos do Cárcere, destacadamente o Volume 3 (2000) e sobre a questão da consciência destaco a análise de Mézaros (2008) sobre consciência necessária e consciência contingente.

⁶ Outros pensadores importantes dedicaram-se ao tema, dos quais destaco Florestan Fernandes em três obras: a) "Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina" que reúne ensaios escritos entre 1969 e 1971; b) "Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento" (1973) com ensaios de 1968, 1972 e 1975; c) "A revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de Interpretação Sociológica", produto de um longo trabalho de pesquisa, foi publicada 1974.

⁷ Essas anotações são feitas no Rodapé n. 29.

⁸ Destaco os períodos das ditaduras nos países do

Cone Sul: Brasil (1964-1985), Argentina (1966-1973; 1976-1983); Chile (1973-1990); Uruguai (1973-1985); Paraguai (1954-1989).

⁹ Segundo Perry Anderson (1995, p. 9) na atual fase, tudo “foi começado no Chile quase um decênio antes de Thatcher na Inglaterra”; embora reconheça que o “neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte imperava o capitalismo [...] Seu texto de origem foi *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944”.

¹⁰ No caso do Brasil, por exemplo, ocorreu uma adesão considerada tardia, em função da eclosão e avanço do ciclo de lutas operárias e populares ascendentes até 1988, quando foi promulgada a chamada Constituição Cidadã (LOPES, 2005), que fechou o período autoritário das ditaduras militares e ingressou em um novo ciclo de democracia representativa. É no início desse novo ciclo que o país adere ao projeto neoliberal com o primeiro presidente eleito pelo voto popular após a ditadura militar.

¹¹ Lembre-se aqui, particularmente, as Comunidades Eclesiais de Base. Sugiro aqui a leitura da obra de Michel Löwy *Marxismo e Teologia da Libertação* (1991) com atenção para a observação do autor sobre o interesse de Gramsci e Bloch para questões religiosas, mas ressaltando Bloch como mais adequado ao tema de sua análise.

¹² Citar apenas essas obras e intelectuais dá certa frustração diante da imensa e densa produção teórica do pensamento crítico que vicejou e se desenvolveu no período, em todas as áreas de conhecimento, mas destacadamente nas ciências humanas e sociais no continente e na maioria dos países, ainda que mais em uns do que em outros.

¹³ Entendo que todo esforço de análise desse momento histórico deve passar uma releitura de Americanismo e Fordismo, o Caderno Nº 22 dos cadernos do Cárcere de Antonio Gramsci (2001, p. 239).

¹⁴ A Primeira Edição do Livro 1, Volume 1 de “O Capital. Crítica da Economia Política” tem o Prefácio da Primeira Edição assinado por Marx em 1867.

¹⁵ A tradução dessa parte do texto é minha, a partir do texto em Italiano, traduzido do original por Norberto Bobbio. Os grifos em itálico estão no texto.

¹⁶ Nesta direção de análise situa-se o pensamento de Gramsci (2000) sobre o Estado e, particularmente, os intérpretes deste pensador, dos quais Buci-Glucksmann (1980) é um dos mais importantes.

¹⁷ Para alguns estudiosos esse movimento tem no “maio francês de 1968” e no Festival de Woodstock realizado em 1969, seus dois maiores marcos, expressando uma tendência das lutas sociais que buscavam se diferenciar dos movimentos revolucionários com centralidade no proletariado, fortalecidos com a vitória da Revolução Russa de 1917. Para uma análise dessa tendência, ver, por exemplo, A sociedade do Espetáculo de Ruy Debord (2007).

Josefa Batista Lopes

Assistente Social

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Professora aposentada vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão

E-mail: josefablopes@uol.com.br

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária, Av. dos portugueses, 1966, Bacanga

CEP: 65085-580